Tratado de paz entre El-rei o Senhor Dom José I e Saed Mohammad ben Abdallah, Imperador de Marrocos, assignado na cidade de Marrocos, aos 12 dias de Ramadan de 1187 annos da Hegira que corresponde a 11 de Janeiro de 1774.[1]

Dos artigos que contém o Tratado de paz entre o Imperador de Marrocos Saed Mohammad Ben Abdallah, e El-Rei de Portugal o Senhor Dom José Primeiro.

O louvor seja dado a Deus somente. Não ha força, nem poder senão em Deus Unico. Depois do que, está feita e ajustada tregoa completa e paz perfeita entre Nosso Senhor o Emane, Elevado, Heroe, Senhor dos Fieis, Defensor das Cidades, Exaltador do pharol da Lei do Propheta, Nosso Senhor e Amo, Imperador dos Crentes.

A quem Deus ajude, faça perduravel sua gloria e extensa sua magnificencia, Rei dos Paizes Occidentaes collectivamente, Respeitado em todos os seus Climas e Cidades Marrocos, Sus, Tafilalat, Dará, Fés, Maquinés, Salé e mais Estados de seus Dominios, Portos, Cidades e suas estradas; e entre o Mui Alto e Poderoso Soberano de Portugal Dom José Primeiro, Rei dos Algarves, Conquistas, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, India, Guiné e mais seus Estados, pela mediação do que foi incumbido de fazer as vezes da Real Pessoa no ajuste d'esta paz, que é o Consul Geral Bernardo Simões, nomeado em logar do Embaixador, que veio mandado pelo Rei de Portugal, e falleceu nos Estados de Nosso Senhor.

Os Artigos d'este Tratado são os seguintes:

Art. I.

Por este artigo de paz entre Sua Magestade Marroquina e El-Rei de Portugal fica livre aos Vassallos Marroquinos a entrada nos dominios de Portugal para comprarem aquillo de que tiverem necessidade, commercio e mais objectos: os vassallos Portuguezes ficam tendo a mesma franquia para entrarem nos portos e Estados Marroquinos, e sair d'elles sem que alguem lhes ponha impedimento; e n'elles poderão fazer toda a sorte de commercio licito. Da mesma maneira as embarcações de guerra de Sua Magestade Marroquina poderão entrar nos portos de Portugal, e demorar-se n'elles para se proverem do que necessitarem, e fazerem os concertos a que os precisarem as tempestades do mar: em todos os portos Marroquinos se observará o mesmo com todas as embarcações de guerra de El--Rei de Portugal.

Art. II.

Toda a embarcação de guerra do Soberano de Portugal que precisar entrar em algum dos portos Marroquinos para fazer provisão de viveres e mais objectos de que tenha necessidade, poderá livremente compra-los pelos preços correntes no porto em que entrar, e não será obrigada a dar mais cousa alguma sobre o preço que corrente d'esses generos. O mesmo se praticará com as embarcações de guerra Marroquinas em todos os portos de Portugal.

Art. III.

Quando alguma embarcação Portugueza se encontrar com outra Marroquina de guerra dentro dos mares de Portugal, e a Portugueza for embarcação de commercio, n'esse caso a Marroquina de guerra, se quizer ver-lhe os passaportes, lhe enviará para esse fim o proprio escaler, por a embarcação Portugueza, por causa de ter poucos marinheiros, lhe não poder sem grande incommodo mandar o seu; porém se a Portugueza for embarcação de guerra, esta então deverá mandar o seu escaler se quizer examinar os passaportes da Marroquina; e n'isto se observará a convencionado com a Hespanha.

Art. IV.

Todo o navio de guerra de Sua Magestade Marroquina, que encontrar alguma embarcação de nação, que não tiver paz com Sua Magestade Marroquina, a poderá atacar e apresar, comtanto que essa embarcação não se ache dentro da distancia de dez leguas de algum dos portos de Portugal; porque se tiver entrado no referido limite, a embarcação Marroquina não a perseguirá debaixo de pretexto algum por ter entrado para debaixo da protecção da Nação Portugueza, com a qual temos paz. Mas se a embarcação Marroquina encontrar alguma Portugueza de guerra, exigirá d'ella certificado assignado pelo Commandante, Piloto, e principaes da guarnição com seus nomes, em como a encontrou em tal logar, nomeando esse logar para Sua Magestade Marroquina ver quando a sua embarcação se recolher.

Art. V.

Signal entre as embarcações de guerra de Sua Magestade Marroquina e entre as de El-Rei de Portugal. Quando se encontrar uma embarcação Marroquina com outra Portugueza, e houver entre ellas distancia, em que se possam reconhecer antes de se aproximarem, a Portugueza dará um tiro de peça, para certificar à Marroquina de que ella é Portugueza; e a Marroquina lhe responderá içando a bandeira de que usam as embarcações Marroquinas; e logo a Portugueza dará outro tiro de peça para demonstração de que entendeu o signal, e depois cada uma seguirá o seu destino, sem que uma seja obrigada a mandar o seu escaler à outra, excepto se de boa vontade o quizer fazer: com este signal se distinguirão as embarcações de guerra Marroquina das de Alger, Tunes e Tripoli, que não têem paz com Portugal, e se evitará o receio de se enganar com alguma d'ellas, pensando ser Marroquina, e ser apresada por essa supposição, se ella se lhe aproximar.

Art. VI.

Se depois de feito o signal distinctivo, quizer a embarcação Marroquina de guerra examinar os passaportes da embarcação Portugueza que encontrar, lhe será permitido, comtanto que a Marroquina se ponha à capa em distancia do alcance de tiro de bala de doze libras, e mande o seu escaler com dois Officiaes e os marinheiros necessários para o remarem à ida e volta; mas não subirão senão os dois mandados pelo Arraes para observarem o passaporte proprio da Nação Portugueza, o que feito, partirão esses dois e guarnição do escaler sem demora e sem indagarem outra cousa, nem inquirirem por quem estiver na embarcação.

Art. VII.

Se alguma fragata, ou galiota Marroquina de guerra praticar o contrario do que se contém nos Artigos V e VI d'este Tratado, e accometter embarcação Portugueza, esta a repellirá com tiros da sua artilheria, pelo receio de que se lhe confunda com embarcação de outra nação, e seguir-se-lhe perigo, deixando-a aproximar sem se acautelar.

Art. VIII.

Toda a pessoa que se achar debaixo da bandeira usada nas embarcações de guerra de Sua Magestade Marroquina, quer essa pessoa seja mouro ou christão de nação, que não tem paz com Portugal, e se achar a bordo de alguma embarcação Marroquina, fica protegida pela bandeira, e nenhum Portuguez entenderá com elle por pretexto algum. O mesmo se praticará com todo o individuo que com similhantes circumstancias se achar embarcado em navio Portuguez, que ficará livre e desembaraçado por se achar debaixo da bandeira Portugueza.

Art. IX.

Que Sua Magestade Marroquina não mandará os seus navios de guerra em auxílio das Nações que não tiverem paz com Portugal, como são: Argel, Tunes, Tripoli ou outras.

Art. X.

Toda a embarcação que sendo caçada por navios Portuguezes fugir para algum dos portos Marroquinos, não consentirão os Empregados n'esse porto que n'elle seja atacada ou se lhe faça algum damno, por isso que entrou no porto e se amparou d'elle; mas antes a protegerão e defenderão quanto podérem. Isto mesmo se praticará com os navios Marroquinos em todos os portos Portuguezes.

Art. XI.

Toda a embarcação Portugueza que, ou fugindo do inimigo ou arrojada pelo mar, encalhar em praia dos Estados Marroquinos, será guardada e segura dos vassallos Marroquinos, e não se permitirá que se lhe aproxime individuo algum para destruir nem roubar cousa alguma, mas sim quem com efficacia lhe acuda e trabalhe para a salvar do perigo; e não será obrigada a pagar cousa alguma pelos effeitos que se salvarem, e sòmente a paga de quem trabalhar para os salvar, e segundo o que por esse trabalho merecer. D'este modo serão tratadas nos Estados de Portugal as embarcações Marroquinas que pelos ditos motivos n'elles encalharem.

Art. XII.

Se acontecer que algum navio Portuguez se encontre em algum dos portos Marroquinos com outra embarcação inimiga, e a Portugueza receiar que, se saír, a inimiga logo a siga, n'este caso os

Empregados no porto impedirão a saída da embarcação inimiga por vinte e quatro horas, depois de ter saído do porto o navio Portuguez, e afastado da outra inimiga. D'este modo serão tratados os navios Marroquinos nos portos de Portugal.

Art. XIII.

A todo o vassallo do Rei de Portugal, que quizer commerciar nos Estados Marroquinos, demorar-se em algum dos seus portos que bem lhe agrade, e estabelecer-se onde for sua vontade, será permitido comprar tudo o que aos demais negociantes for permitido comprar, sem que seja obrigado a pagar mais que o preço e o direito estabelecido para os generos que comprar, os quaes depois poderá embarcar ou conservar em sua casa. Tambem poderá vender os effeitos que por sua embarcação receber do paiz dos christãos, pagando o direito sabido, ou conservar esses effeitos em sua casa.

Art. XIV.

O negociante de nação Portuguez que vier para comprar o que é costume vender-se das fazendas proprias dos Estados Marroquinos, e não achar estas fazendas no logar em que residir, e as quizer comprara em outra terra dos ditos Estados, não será obrigado a pagar mais que o preço d'ellas, o direito correspondente, como pagarem os outros negociantes, quando as embarcam, e paga ao guia e guarda no caminho, ou o estipendio diario de quem o sevir.

Art. XV.

O Consul Geral que El-Rei de Portugal nomear para residir nos Estados do Rei de Marrocos terá o livre exercicio de sua Religião e Orações, elle, e sua família, todos os seus criados e adherentes, assim como todos os que seguirem a sua Religião e quizerem praticar os seus actos com elle em sua casa. Ao dito Consul competirá o julgar todos os pleitos que se suscitarem entre os subditos Portuguezes, sem que no julgado tenha ingerencia algum dos juizes Marroquinos; porém se o pleito for entre mouro e christão será julgado pelo Juiz da Côrte Marroquina, com assistencia do Governador da Cidade em que o pleito começou entre os que vão ser julgados.

Art. XVI.

O Consul Portuguez não será obrigado a pagar divida alguma contrahida por Portuguez, salvo se elle obrigar sua pessoa para ella, por escripto por elle firmado e authenticado.

Art. XVII.

Se algum christão Portuguez morrer nos Estados de Rei de Marrocos, os moveis e bens que deixar serão entregues ao Consul Geral para elle os mandar ao herdeiro do morto ou a seus parentes proximos.

Art. XVIII.

Se acontecer praticar-se o contrario ou faltar-se a algum dos Artigos escriptos n'este Tratado, por vassallos Marroquinos ou Portuguezes, nem por isso se dissolverá a paz firmada entre as duas Nações; mas se escreverá e notará esse acontecimento a fim de se consolidarem as vontades, e concertar-se o que tiver sido mal feito.

Art. XIX.

Se Sua Magestade Marroquina quizer dar por acabada esta paz que se acha estabelecida entre Elle e o Soberano de Portugal, de nenhuma sorte permitirá se façam hostilidades, em quanto não forem passados seis mezes, contados desde essa rotura, para se retirar dos Estados Marroquinos o Consul Geral e os mais Portuguezes; e n'esse espaço transportarem seus moveis e effeitos, sem que no praso indicado lhe ponham impedimento algum os Governadores do Rei de Marrocos.

Art. XX.

Este Tratado que se acha escripto e estipulado entre o Rei de Marrocos e o de Portugal, será approvado e ratificado no espaço de tres mezes para depois d'elles começar a sua observancia.

Art. XXI.

Desde que se acha convencionado este Tratado de tregoa e paz entre as Côrtes de Marrocos e Portugal, não haverá captivos Portuguezes, com essa denominação nos dominios Marroquinos, ainda quando o Tratado não esteja ratificado. Não será permitido venderem-se em seus Estados, nem comprarem-se em outra terra, para serem nos mesmos Estados vendidos. Segundo este Artigo serão tratados os subditos Marroquinos. Assim como os Portuguezes que se acharem presos em outro paiz não serão vendidos nem comprados nos Estados Marroquinos.

Art. XXII.

Se acontecer rotura d'esta paz da parte d'El-Rei de Marrocos, ou da parte d'El-Rei de Portugal, n'esse caso os mouros vassallos Marroquinos, que depois da rotura caírem em poder dos Portuguezes, não serão considerados como captivos, mas desapparecerá este nome captivo; nem serão obrigados a trabalho algum, até que sejam postos em liberdade. Da mesma maneira serão tratados os vassallos Portuguezes e considerados como prisioneiros, e não serão obrigados a trabalhar, até que consigam que Sua Magestade Marroquina lhes dê a liberdade.

هذه المعاهدة الموسومة بعهد السجل بين سيدنا نصره الله والجنس المذكور تمضى وتجعل في مدة ثلاثة اشهر لكي يبتدى حبضها بعد ذلك

الشرط الحادي والعشرون

ان جميع جنس البرتغيز من ابرام الصلح والمهادنة لا يكون بوجه اسرى في مملكة سيدنا نصره الله ولو ما دام الصلح واقعا لا يقع بيعهم في مملكة سيدنا نصره الله ولا يشقرون من ارض اخرى ويباعون في ايالته وبهذا الشرط يعامل كل من هو من ايالة سيدنا نصره الله فلا يباع بارضهم كما ان من كان منهم مغبوضا في غير ايالة سيدنا فلا يباع ولا يشترى في ايالة سيدنا نصره الله

الشرط الثاني والعشرون

اذا وقع نقض لهذا الصلح من قبل سيدنا نصره الله او من قبل جنس البرتغيز باسارى المسلمين الذين يكونون بيد البرتغيز من ايالة سيدنا نصره الله بعد انقضى المذكور لا يكونون في حكم الاسرى بل يضمل عنهم اسم الاسارى ولا يكلفون بعمل الى ان يسرحون وكذلك ما استاسره سيدنا نصره الله من جنس البرتغيز فانهم يعاملون بهذا الوجه و يكونوا كالمسجونين ولا يكلفون بعمل الى ان يقع تسريحهم من قبل سيدنا نصره الله تم تم تم

في الثاني عشر من رمضان
1187

طايفة خدامه وحشمه وجميع من يريد من اهل دينه استعمال الصلاة
معه في داره وله بمقال ما يحدث بين جنس البرتقيز من الخصومات
فيما بينهم من غير ان يدخل بمقالهم احد فضلات سيدنا نصره الله
الذين بايالته السعيدة. الا ان كان الخصام بين مسلم و نصراني من
الجنس المذكور فليتولى الفصل قاضي حضرة سيدنا نصره الله بحضور
حاكم البلد التي وقع النزاع بها بين المتخاصمين

الشرط السادس عشر

الفصل المذكور لا يلزم بوفاء دين احد البرتقيز بين الا اذا التزم
نفسه بذلك بخط يده بوثيقة منه

الشرط السابع عشر

اذا مات احد نصارى البرتقيز بايالة سيدنا نصره الله فوارثه
و امتعته تدفع للفصل الجزال ليبعث بذلك لوارثه او الاقربين
لنسبه

الشرط الثامن عشر

اذا اراد سيدنا نصره الله ابطال هذه المعاهدة والصلح الواقع
بينه وبين سلطان البرتقيز فلا يباديهم سيدنا نصره الله الا بعد ستة
اشهر من الابطال ليرتحل من ايالته الفوصل الجزال ومن معه من
البرتقيز في هذه المدة المذكورة وينقلون حوايجهم وامتعتهم من
غير ان يتعرض لهم احد في الامر المشار اليه معارض من ولاة سيدنا
نصره الله

الشرط التاسع عشر

اذا حدث خلاف او نقص لشرط من هذه الشروط المرسومة في هذه
المعاهدة بين رعية سيدنا نصره الله وطايفة البرتقيز فلا ينقض
الصلح المثبوت بين سيدنا نصره الله و الجنس المذكور بل يحفظ ما
حدث ويرسم ليقع جبر الخاطر و اصلاح ما فسد

الشرط العشرين

هذه

شئ على عنق امتعة المستخلصة سوى اجر من قام بوضيف الخلاص بقدر عمله وجميع ما خرج من مراكب سيدنا نصره الله بايالة البرتقيز يكون على هذا المنوال

الشرط الثاني عشر

اذا اتصفت ملافات سبينة من سبايو البرتقيز باحدى مراسي سيدنا نصره الله مع بعض عدوها وخشيت سبينة البرتقيز على الخروج من ان تصل اليها اخرى في الحال باب اهل مراسي سيدنا نصره الله يمنعون عدو البرتقيز من الخروج اربعة وعشرين ساعة بعد بروز سبينة البرتقيز من المرسى لتبعد الاخرى بهذا المنوال تعامل مراكب سيدنا نصره الله

الشرط الثالث عشر

كل من ورد من قبل سلطان البرتقيز يريد التجارة بايالة سيدنا نصره الله والمقام باحدى مراسيه يجاب لمراده ويفرحيث يشاء ويشتري كل ما لسايرالتجار شراؤه من السلع من غير ان يلزمه شئ زايد على الثمن والصاكة المقررة لها ثم له عند ذلك ارسال ما اشترى لمركبه او بقايه بداره كماله ان يبيع ماجاء به لمركبه من السلع الواردة من بر النصارى بعد اعطاء الواجب المعلوم بما شاء من الثمن او يدعها بداره

الشرط الرابع عشر

من جاء من جنس البرتقيز طالبا شراء ما هو معهود للبيع من السلع المختصة بايالة سيدنا نصره الله فلم يجده بالموضع الذي نزل به واراد شراءه من اراض اخرى من الايالة المذكورة فلا يكلف باعطاء شئ عما اشتراه سوى ما يلزمه من الصاكة كسايرالتجار عند حمله في مركبه واجر من دله على الطريق وحرسه اوقام معه بتوضيف

الشرط الخامس عشر

الفضل الجزال الذي عينه سلطان البرتقيز يجلس بايالة سيدنا نصره الله له التصرف في دينه والقيام بامر صلاته هو واهل بيته و

الشرط السابع

ان خالف مركب من مراكب سيدنا نصره الله الجهادية او غليوطة من غلايطه ما تضمنه الشرط الخامس والسادس في هذا السجل من الاشارة المشار اليها فيهما وافعم على مركب البرتغيز المركب المذكور يدافع عن نفسه برمي مدافعه ليبعد عنه المركب المذكور مخافة ان يلتبس له بغيره فيحصل لمركب البرتغيز الضرر بسبب قربه منه فيقع في المحذور

الشرط الثامن

كل من دخل تحت سنجاق سيدنا المعهود لمراكبه الجهادية من المسلمين او النصارى وهو غير معاهد لسلطان البرتغيز وركب في مركب من مراكبه الشريفة فانه تحرم بسبب دخوله فيها فلا يصل اليه احد من جنسه البرتغيز بوجه من الوجوه وكذا من حمل في مركب من مراكب البرتغيز من الذين ليسوا في مهادنه مع سيدنا نصره الله فانه يخلى سبيله ويترك حاله لدخوله تحت سنجق البرتغيز

الشرط التاسع

ان سيدنا نصره الله لا يرسل مراكبه الجهادية معينة لمن لم يدخل في مهادنة مع البرتغيز من اهل الجزاير وتونس وطرابلس وغيرهم

الشرط العاشر

كل مركب مرب من مراكب البرتغيز لمرسى من مراسي سيدنا نصره الله جازا ممن في طلبه فلا يدع اهل مرسى سيدنا نصره الله ذلك المركب الطالب له ان يغنم عليه او يضره بشئ لاجل دخوله في مرسى سيدنا نصره الله وتحيزه لها بل يحاموا ويدافعوا عنه بقدر الامكان ويعسبون سيدنا نصره الله مثل ذلك على جميع مراسي سلطان البرتغيز

الشرط الحادي عشر

كل من جاء من مراكب البرتغيز جازا من عدو او فذف به البحر في ساحل من اياليه سيدنا نصره الله فهو في حفظ واما من رعية سيدنا نصره الله فلا يصل اليه احد بضياع ولا ينهب منه شئ بل يقدم له من يسعى في انتقاله لكي يخلص من الخطر ولا يكلف باعطاء شئ

بسفن البرتقيز ياخذ منه وثيقة مسجلة بخط رئيس المركب
و بلوطه واسم من معه معتبرا في المركب انه لفيه بموضع كذا
ويسمى الموضع الذي التقيا فيه ليطلع سيدنا على ذلك عند رجوع
المركب المذكور

الشرط الخامس

اشارة بين مراكب سيدنا نصره الله وبين سفن البرتقال اذا
لقي احد مراكب سيدنا نصره الله مركبا من مراكب البرتقيز
وكان بين المركبين من البعد مقدار ما يتعارفا فيه قبل الملاقاة
ان يخرج مركب البرتقيز مدفعا ليتحقق منه مركب سيدنا
نصره الله انه للبرتقيز فيجيبه مركب سيدنا نصره الله باخر بعد
نشر بنجف مركب سيدنا المعلوم السفنة السعيدة ثم يرمي البرتقيز
بمدفع اخر علامة على انه فهم الاشارة ويذهب اذا شاء
شاء من المركبين لمراده ولايؤخر احدهما بارسال فلوكته للاخر الا
اراد عد طيب نفسه وبهذه العلامة تميز سفن سيدنا نصره الله
والمراكب الجهادية عن غيرها من سفن المسلمين من اهل
الجزاير وتونس وطرابلس الذي لم يكن بينهم مهادنة مع سلطان
البرتقيز المذكور مخافة ان يقوم بعض سفنهم فيظنها لاياله
سيدنا نصره الله ويوخذ بسبب الامان عند ما يقربها

الشرط السادس

ان اراد مركب من مراكب سيدنا نصره الله الجهادية بعد جعل الاشارة
المشار اليها ان يطلع على ما عند المركب الذي لقي من مراكب البرتقيزيين
اوراق البحر فيمكنه لاكن بعد ان يثبت مركب سيدنا نصره الله
بعيدا مقدار ما تصل اليه طورة اثني عشر رطلا ويرسل فلوكته مع اثنين
من مركبه ومن احتاج اليه لقدف الفلوكة في حال الذهاب و
الاياب ويطلع الاثنان الموجهان من قبل رئيس مركب سيدنا نصره الله
على ما بيد المركب الذي لقي من باسبورطه التي تخصه بجنس البرتقيز
وبعد ذلك يرجع الاثنان المذكوران ومن معهما من دون اشغال ولا
يكلف صاحب السفينة التي لقي بعرض اخر ولا تفتيش في من معه
في مركبه

الشرط

السلطان المذكور له الدخول لاية سيدنا نصره الله والخروج من
غير ان يتعرض له معارض ويتعاطى مما صابر انواع التجارة وضروب
المعاملة وكذلك سائر مراكب سيدنا نصره الله الجهادية وبحيرته
لها الدخول والمقام في جميع مراسي السلطان المذكور لغضاء ما
احتاج اليه وما الجاها حوادث البحر لقضايه وجميع مراكب
السلطان البرلفيز وسفنه مثل ذلك في مراسي سيدنا نصره الله

الشرط الثاني

كل مركب من مراكب سلطان البرتفيز اليه الدخول لبعض مراسي
سيدنا نصره الله لقضاء ما اضطر اليه واراد شراء ما احتاج اليه من القوت
وجميع الامور الضروريه التي افتقر اليها فيعمد له ابتياع ذلك بالسعر
الذي هو مقرر للبيع في المراسي التي دخل اليها ولا يكلف باعطاء زايد
عن الثمن المعين لها ولجميع سفن سيدنا ومراكبه قضاء ما يحتاجون اليه
في جميع مراسي السلطان المذكور

الشرط الثالث

اذا التقى مركب من مراكب البرتفيز سفينة من سفن سيدنا نصره الله
الجهادية في داخل بحر البرتفيز فان كان المركب البرتفيز معد للتجارة
فان مركب سيدنا نصره الله يرسل جلوكته للمركب المذكور ان شاء
ليطلع على ما بيده من اوراق البحر لكون المركب البرتفيزي عليه مشقة
في الابتياع له لقلة بحريته وان كان البرتفيز قرصان معدا للحرب فانه هو
الذي يبتدا بارسال لمركب سيدنا نصره الله ان اراد الاطلاع على الاوراق المذكورة
ويجري ذلك على المنوال الذي عقد سيدنا مع الصينيول

الشرط الرابع

ان جميع مراكب سيدنا الجهادية اذا التقى احدهم مركبا من مراكب ما
عدى البرتفيز ممن ليس بيننا وبين سيدنا نصره الله مهادنة فالمركب
المذكور نصره الله ان يطارده ليأخذ له ما يجد فيه من جميع ما يباع ويشترى في
جميع مراسي ايالة البرتفيز ويحمل المركب الذي يأخذه احمد
المراكب لسيدنا المذكور بعد ان يطالع سيدنا بوصوله الى الوصول لدخوله
تحت حماية جنس البرتفيز للمعاهدين واذا لقي مركب سيدنا نصره الله

نسخة من الفصل الذي اشترط فيه بين امير المؤمنين سلطان البرتقال وبين سيدنا محمد بن عبد الله و بين سلطان البرتقال بعون جوده الوله

اوله الحمد لله وحده ولا حول ولا قوة الا بالله وحده
اما بعد فقد تعقدت المهادنة الكاملة والصلح التام بين سيدنا الامام العالم العلم مولا العباد وحامي البلاد رافع منار الشريعة النبوية وناصب رايات العلوم الدينية سيدنا ومولانا امير المومنين

نصره الله ولاده عزه وخلد في صفحات الجد مالك البلاد المغربية باجمعها والمتصرف في اقاليمها وبلادها مراكش وسوس وتافلالت وزعير وفاس ومكناس وصلا وما عدا ها من الامالة ونسب اليها وجميع ما الماوسي والمدن على حكمها وسبتها وبين السلطان عليه البرتغال وقومهم دون جوزه الاول مالك القريس وجميع طوعيستا وصفي سبير ومقير بلاد الحبش وارابيا وبرسيا والهند وعيني والباقي من ايالته بواسطة من ناب عنه في عقد المهادنة المذكورة وهو الفضل الجزال برنردو سيمويس النبوت في مقال الماضور الوجه من قبل سلطان البرتغال المتوفى في ايالة سيدنا نصره الله على شروط تقول